Art. 7º. As situações omissas serão resolvidas pela 2ª Vice-Presidência do Tribunal.

Art. 8º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, em 09 de dezembro de 2020.

Desembargador CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO
1º Vice-Presidente

DES. AUGUSTO DE LIMA BISPO - 2ª Vice-Presidente
DES. JOSÉ ALFREDO CERQUEIRA DA SILVA - Corregedora Geral da Justiça
DES. OSVALDO DE ALMEIDA BOMFIM - Corregedor CMC Interior
DESª SÍLVIA CARNEIRO SANTOS ZARIF
DESª LÍCIA DE CASTRO LARANJEIRA CARVALHO
DESª TELMA LAURA SILVA BRITTO
DESª MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA
DESª ROSITA FALCÃO DE ALMEIDA MAIA
DES. NILSON SOARES CASTELO BRANCO
DESª HELOÍSA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI
DES. JEFFERSON ALVES DE ASSIS
DESª NÁGILA MARIA SALES BRITO
DESª INEZ MARIA BRITO SANTOS MIRANDA
DES. EMÍLIO SALOMÃO PINTO RESEDÁ
DES. JOSÉ EDIVALDO ROCHA ROTONDANO
DES. PEDRO AUGUSTO COSTA GUERRA
DESª MÁRCIA BORGES FARIA
DES. ALIOMAR SILVA BRITTO
DES. JOÃO AUGUSTO PINTO
DESª DINALVA GOMES LARANJEIRA PIMENTEL
DESª LISBETE M. T. ALMEIDA CÉZAR SANTOS
DES. LUIZ FERNANDO LIMA
DES. JATAHY JÚNIOR
DES. MOACYR MONTENEGRO SOUTO
DESª IVONE BESSA RAMOS
DESª ILONA MÁRCIA REIS
DES. ROBERTO MAYNARD FRANK
DESª RITA DE CÁSSIA MACHADO MAGALHÃES
DESª REGINA HELENA RAMOS REIS
DES. LIDIVALDO REAICHE RAIMUNDO BRITTO
DESª PILAR CÉLIA TOBIO DE CLARO
DESª MARIA DE LOURDES PINHO MEDAUAR
DESª CARMEM LÚCIA SANTOS PINHEIRO
DES. BALTAZAR MIRANDA SARAIVA
DES. MÁRIO AUGUSTO ALBIANI ALVES JÚNIOR
DES. IVANILTON SANTOS DA SILVA
DES. RAIMUNDO SÉRGIO CAFEZEIRO
DES. ABELARDO MATTA
DESª SORAYA MORADILLO PINTO
DESª ARACY LIMA BORGES
DES. ANTONIO CUNHA CAVALCANTI
DES. JOSÉ ARAS

RESOLUÇÃO Nº 10, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020

Institui o Comitê Gestor de Proteção de Dados no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia e dá outras providências.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a sanção da Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral da Proteção de Dados, que entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020, e;

CONSIDERANDO a necessidade de dotar o Poder Judiciário do Estado da Bahia de mecanismos de tratamento e proteção de dados pessoais para garantir o cumprimento da norma de regência.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instituído no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia o Comitê Gestor de Proteção de Dados – CGPD, com objetivo de avaliar os mecanismos de tratamento e proteção dos dados existentes, no âmbito do Poder Judiciário e propor ações voltadas a seu aperfeiçoamento, com vistas ao cumprimento das disposições da Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Art. 2º. Serão integrantes do CGPD:

- I – Um Desembargador, representando a Presidência do Poder Judiciário, na condição de Presidente;
- II – O Juiz Assessor Especial da Presidência – II (Assuntos Institucionais);
- III – Um Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça;
- IV – Um Juiz Auxiliar da Corregedoria das Comarcas do Interior;
- V – O Encarregado pelo tratamento dos dados pessoais do PJBA;
- VI - Um servidor, representando a Secretaria de Administração do PJBA;
- VII - Um servidor, representando a Secretaria Judiciária do PJBA;
- VIII - Um servidor, representando a Secretaria de Gestão de Pessoas;
- IX – Um servidor, representando a Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização, e;
- X – Um servidor, representando a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Compliance.

Parágrafo primeiro – Os membros constantes nos incisos I, II, V, VI, VII, VIII, IX e X, serão indicados pelo Presidente do Poder Judiciário do Estado da Bahia.

Parágrafo segundo – Os membros constantes nos incisos III e IV serão indicados pelo Corregedor Geral da Justiça e Corregedor das Comarcas do Interior, respectivamente.

Parágrafo terceiro – Os membros do CGPD serão nomeados por meio de Decreto Judiciário da Presidência do PJBA.

Parágrafo quarto – Os mandatos dos membros coincidirão com os mandatos da mesa diretora do PJBA.

Art. 3º. São atribuições do CGPD:

- I - Avaliar os mecanismos de tratamento e proteção dos dados pessoais existentes, propondo políticas, estratégias e metas para a conformidade do Poder Judiciário do Estado da Bahia conforme as disposições da Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018;
- II - Formular princípios e diretrizes para a gestão de dados pessoais e sua regulamentação;
- III – Verificar a execução dos planos, dos projetos e das ações aprovados para viabilizar a implantação das diretrizes previstas na Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018;
- IV - Prestar orientações sobre o tratamento e a proteção de dados pessoais de acordo com as diretrizes estabelecidas na Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 e nas normas internas; e
- V - Promover o intercâmbio de informações sobre a proteção de dados pessoais com outros órgãos.

Parágrafo único. No desempenho de suas atribuições institucionais, o CGPD deverá observar as diretrizes da Política de Segurança da Informação do Poder Judiciário do Estado da Bahia.

Art. 4º. As reuniões do CGPD serão realizadas na periodicidade, nas datas e nos horários definidos pelo seu Presidente, com a presença da maioria absoluta de seus membros.

Parágrafo primeiro. O Presidente do CGPD poderá requisitar um servidor para atuar como secretário.

Parágrafo segundo. As áreas administrativas do PJBA deverão providenciar estrutura necessária para que o CGPD desenvolva suas atividades.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, em 09 de dezembro de 2020.

Desembargador CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO
1º Vice-Presidente

DES. AUGUSTO DE LIMA BISPO - 2ª Vice-Presidente
DES. JOSÉ ALFREDO CERQUEIRA DA SILVA - Corregedora Geral da Justiça
DES. OSVALDO DE ALMEIDA BOMFIM - Corregedor CMC Interior
DESª SÍLVIA CARNEIRO SANTOS ZARIF
DESª LÍCIA DE CASTRO LARANJEIRA CARVALHO
DESª TELMA LAURA SILVA BRITTO
DESª MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA
DESª ROSITA FALCÃO DE ALMEIDA MAIA
DES. NILSON SOARES CASTELO BRANCO
DESª HELOÍSA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI
DES. JEFFERSON ALVES DE ASSIS
DESª NÁGILA MARIA SALES BRITO

DESª INEZ MARIA BRITO SANTOS MIRANDA
DES. EMÍLIO SALOMÃO PINTO RESEDÁ
DES. JOSÉ EDIVALDO ROCHA ROTONDANO
DES. PEDRO AUGUSTO COSTA GUERRA
DESª MÁRCIA BORGES FARIA
DES. ALIOMAR SILVA BRITTO
DES. JOÃO AUGUSTO PINTO
DESª DINALVA GOMES LARANJEIRA PIMENTEL
DESª LISBETE M. T. ALMEIDA CÉZAR SANTOS
DES. LUIZ FERNANDO LIMA
DES. JATAHY JÚNIOR
DES. MOACYR MONTENEGRO SOUTO
DESª IVONE BESSA RAMOS
DESª ILONA MÁRCIA REIS
DES. ROBERTO MAYNARD FRANK
DESª RITA DE CÁSSIA MACHADO MAGALHÃES
DESª REGINA HELENA RAMOS REIS
DES. LIDIVALDO REAICHE RAIMUNDO BRITTO
DESª PILAR CÉLIA TOBIO DE CLARO
DESª MARIA DE LOURDES PINHO MEDAUAR
DESª CARMEM LÚCIA SANTOS PINHEIRO
DES. BALTAZAR MIRANDA SARAIVA
DES. MÁRIO AUGUSTO ALBIANI ALVES JÚNIOR
DES. IVANILTON SANTOS DA SILVA
DES. RAIMUNDO SÉRGIO CAFEZEIRO
DES. ABELARDO MATTA
DESª SORAYA MORADILLO PINTO
DESª ARACY LIMA BORGES
DES. ANTONIO CUNHA CAVALCANTI
DES. JOSÉ ARAS

RESOLUÇÃO Nº 11, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a regulamentação do teletrabalho no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia, autorizando a atividade de servidores fora das dependências de seus órgãos, com a utilização de recursos tecnológicos.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em sessão Plenária realizada aos nove dias do mês de dezembro do ano em curso, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o imperativo de regulamentação do teletrabalho previsto na Resolução nº 227, de 15 de junho de 2016 e Resolução n.º 298, de 22 de outubro de 2019, do Conselho Nacional de Justiça;

CONSIDERANDO o princípio constitucional da eficiência (artigo 37) e o direito à saúde e à segurança no trabalho (artigos 6º, 7º, inciso XIII, e 39, § 3º, da Constituição da República);

CONSIDERANDO a regulamentação e implementação bem-sucedida nos vários órgãos do Poder Judiciário nacional que já o adotaram;

CONSIDERANDO que a implantação do processo eletrônico judicial possibilita a realização do trabalho remoto com o uso de tecnologias de informação e comunicação;

CONSIDERANDO a necessidade de promover meios para motivar e engajar os servidores com os objetivos da instituição;

CONSIDERANDO as vantagens e benefícios advindos do teletrabalho para a Administração, inclusive em relação à produtividade, para o servidor e para a sociedade e, também, a relevância da prevenção e do monitoramento dos fatores de risco associados às mudanças na organização do trabalho;

CONSIDERANDO as disposições da Lei 12.965/2014, também conhecida como Lei do Marco Civil da Internet, bem como a Lei 13.709/2018, a qual se intitula Lei Geral de Proteção de Dados, são claros exemplos da tentativa do legislador brasileiro de inserir a tecnologia cada vez mais na vida dos cidadãos de uma forma segura e otimizada;

CONSIDERANDO que o teletrabalho, por ser uma modalidade de relação de emprego adequada a era digital com grandes expectativas de crescimento, pode ser considerado um caminho para alcançar uma “democratização do trabalho”;

CONSIDERANDO que o trabalho em casa, mediante uso de tecnologia, pode ser realizado por qualquer pessoa que possua a devida preparação exigida, as probabilidades de expandir a acessibilidade do mercado de trabalho para pessoas vulneradas pelas suas individualidades, aumentam consideravelmente;